



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

FLAVIO DOS SANTOS

**A Necropolítica do Medo - Uma análise histórica do
cenário onde se desenvolveu o caso da menina Agatha
Felix**

MONOGRAFIA

**Rio de Janeiro
2019**

FLAVIO DOS SANTOS

**A Necropolítica do Medo - Uma análise histórica do
cenário onde se desenvolveu o caso da menina Agatha
Felix**

Monografia de final de curso, elaborado no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação da Professora Ms. Bianca Garcia Nery

Orientador: Bianca Garcia Nery

Rio de Janeiro
2019

FLAVIO DOS SANTOS

A Necropolítica do Medo - Uma análise histórica do cenário onde se desenvolveu o caso da menina Agatha Felix

IMPORTANTE: ESSE É APENAS UM TEXTO DE EXEMPLO DE FOLHA DE APROVAÇÃO. VOCÊ DEVERÁ SOLICITAR UMA FOLHA DE APROVAÇÃO PARA SEU TRABALHO NA SECRETARIA DO SEU CURSO (OU DEPARTAMENTO).

Trabalho aprovado. Rio de Janeiro, DATA DA APROVAÇÃO:

Bianca Garcia Nery
Orientador

Professor
Convidado 1

Professor
Convidado 2

Rio de Janeiro
2019

Dedicatória. . .

A Floriano dos Santos, meu mais velho, que mostrou o caminho correto a ser trilhado.

Agradecimentos

Agradeço à Dona Jorgete, minha mãe, que recebeu a inglória missão de tocar adiante a obra que construíra junto de seu marido, que nos deixou precocemente.

Dona Penha, teve saúde para ver seus netos chegarem à universidade.

Professora Salete Maccaloz, minha mãe dentro dessa universidade, que reascendeu nesse peito a chama de um operador do Direito.

Bianca Garcia Nery, que me “adotou” com um imenso carinho, depois de ter ficado órfão de orientadora.

O pessoal da extensão Luiz Gama que, depois de anos, me fez sentir em casa dentro da FND.

O Zé Pequeno, meu verdadeiro terapeuta, em forma de cão.

Soraya, pela parceria de vida.

A Deus, se ele realmente existir.

Resumo

Partindo do exemplo do caso da menina Agatha, e as vontades políticas estatais, analisaremos a necropolítica e o que é a aplicação dessa política governamental de morte na conjuntura brasileira, partindo do contexto histórico no qual se formulou a ideia do outro, com alguém passível de controle e morte, delimitando, por fim, o estado do Rio de Janeiro, e suas implicações nos dias de hoje.

Palavras-chave: Necropolítica, Genocídio, Racismo, Rio de Janeiro.

Abstract

Analizing Agatha's case, and the state political, we will talk about the necropolitics and what is the application of this government policy of death in the Brazilian conjuncture, starting from the historical context in which the idea of the other was formulated, with someone capable of control and death, finally delimiting the state of Rio de Janeiro, and its implications today.

Abstract: Necropolitics, Genocide, Racism, Rio de Janeiro

Lista de ilustrações

Figura 1 – Número de Homicídios no Brasil 2007 a 2017	14
Figura 2 – Evolução do número de homicídios entre 2007 e 2017	15
Figura 3 – Número de Homicídios Alagoas 2007 a 2017	15
Figura 4 – Número de Homicídios de negros AL 2007 a 2017	15
Figura 5 – Homicídios no Rio de Janeiro em números absolutos	16
Figura 6 – Homicídio de não negros 2007/2017	16
Figura 7 – Homicídio de negros 2007/2017	16
Figura 8 – Número de mortes por intervenção do estado mês a mês	17

Lista de abreviaturas e siglas

IICC	Instituto de Identificação Civil e Criminal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISP	Interesse de Segurança Pública
MP	Ministério Público
NR	Norma Regulamentadora
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
STJ	Superior Tribunal de Justiça

Sumário

1	MORTE: UM FATO SOCIAL	10
1.1	Morte como Política de Governo	10
1.2	A Morte na Mídia.	12
1.3	Os números da Morte	14
1.4	A Morte pelo Estado	17
2	MORTE: UM FATO POLÍTICO	21
2.1	Necropolítica de Achille Mbembe	21
2.2	Necropolítica no contexto do “carioca”	24
2.3	Psicopolítica, a nova face da necropolítica	25
3	MORTE E GUERRA AS DROGAS	26
3.1	Sistema Penal e a Contextualização da Guerra às Drogas	26
3.2	A permissividade com a morte no Combate às drogas	27
3.3	O “Inimigo” no Combate às Drogas	27
3.4	Letalidade do Combate às drogas e o Encarceramento em Massa	28
4	MORTE MEDO E TERROR	31
4.1	O Medo e o Terror de hoje	31
4.2	A Europa e a construção científica do medo	31
4.3	O papel da criminologia clássica na construção do inimigo e o terror	33
4.4	Rebeliões, medo e terror no brasil	35
4.5	Papel da Imprensa na construção do medo	36
5	O NASCIMENTO DO SUJEITO ‘MATÁVEL’	38
5.1	Leis para Império	38
5.2	Leis Criminais para Negros	38
6	CCONCLUSÃO	42
	Referências	45

1 MORTE: UM FATO SOCIAL

1.1 Morte como Política de Governo

Agatha Vitória Sales Félix tinha 8 anos quando foi baleada pelas costas, vindo a falecer logo na sequência. Ela estava no local conhecido como “Fazendinha”, comunidade pertencente ao conjunto de favelas do Complexo do Alemão, dentro de uma kombi, acompanhada de sua mãe, por volta de 21h, na noite de sexta-feira, 20 de setembro 2019.

A Família, moradores e a polícia discordam com relação às diferentes versões apresentadas. Enquanto policiais que participavam da operação afirmam ter sido uma troca de tiros com criminosos, testemunha rebatem, dizendo que a polícia teria atirado na direção de motociclistas que romperam o cerco montado, atingindo, acidentalmente, a kombi que estava a menina Agatha.

No dia 19 de novembro, a Polícia Civil divulgou o resultado da perícia, que contesta a versão apresentada pelos policiais militares e comprova que não haviam pessoas, armadas além dos policiais, e a bala que atingiu a menina teria partido da arma de uma deles.(G1; RODRIGUES, 2019)

Em entrevista coletiva, concedida no dia 23 de setembro, ao se pronunciar acerca do assunto, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, afirmou que a política de segurança adotada estaria no rumo certo, chamou de “terroristas” pessoas envolvidas com o “crime organizado” e afirmou que os usuários de drogas seriam os principais responsáveis pela ação que vitimou a menina Agatha.EBC- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (2019)

O discurso proferido pelo Governador e a ação dos policiais militares são linhas de atuação que, apesar de estarem situadas e esferas de atuação diferentes, convergem. A atuação policial é, em última análise, a materialização de uma das principais propostas de campanha, que era trazer um entendimento à legítima defesa que justificasse as ações letais de agentes policiais. Apesar de ainda não ter havido uma mudança legislativa que ensejasse uma mudança de atuação, Witzel lança mão de seu conhecimento jurídico para tal, e a manifestação, que antes era uma promessa eleitoral, segue sendo continuamente reiterado, desde o momento de sua eleição em suas palavras:

“Hermenêutica é uma ciência da qual páginas e páginas são escritas a respeito da interpretação da lei. A minha visão sobre o que é legítima defesa, ela está em sintonia com milhares de juristas, cada um tem uma interpretação. Quem não pode ter hermenêutica na cabeça é o soldado, que, olhando alguém de fuzil, vai atirar e vai abater.”(EBC- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2019)

O Ex-juiz, então eleito Governador, em entrevista ao Portal Consultor Jurídico, fundamentou seu posicionamento com relação à possibilidade de o policial estar agindo em legítima defesa.

“A autorização está no artigo 25 do Código Penal: o policial estaria agindo em legítima defesa de si próprio e da sociedade para repelir uma agressão iminente. Não é sair atirando para matar. Acontece que quem está portando uma arma de guerra certamente não está disposto a conversar ou negociar com as forças policiais e está na iminência de matar pessoas inocentes. Como professor e conferencista de Direito Penal há muitos anos, esta é a minha posição. Como governador, vou orientar que os policiais ajam desta forma, exatamente nos termos da lei.” (RODAS, 2019)

Em âmbito nacional, o atual Ministro da justiça, Sérgio Moro, apresentou o que ele chamou de “pacote anticrime”, um compilado de projetos que propõem uma série de alterações legislativas que visam a adoção de “medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes violentos”.

Dentre as medidas, dois pontos são controversos e vão ao encontro das palavras do Governador Witzel, que dizem respeito à legítima defesa, e a inserção do parágrafo 2º, trazendo à excludente de ilicitude a aplicação do parágrafo único do artigo 23 do código penal, que versa sobre o agente responder pelo excesso doloso ou culposo decorrente dos incisos.

Mudanças no Código Penal:

“Art.23.....

1º O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

§ 2º O juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção.” (NR)

“Art.25.....

Parágrafo único. Observados os requisitos do caput, considera-se em legítima defesa:

I - o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem; e

II - o agente policial ou de segurança pública que previne agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.” (NR)(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019)

Com a alteração, o juiz, em análise do caso em que o ato foi praticado, poderia diminuir ou deixar de aplicar pena, caso o excesso for decorrente de “situação comprovada de medo, surpresa ou violenta emoção”.

As palavras do governador e o projeto de lei apresentado pelo ministro da justiça são a manifestação de uma nova face de atuação governamental, a de um estado que não provê meios de acesso a meios basilares garantidores de uma vida digna, como

saúde, educação e moradia; mas, em contrapartida, mostra ser condescendente com formas de atuação que direcionem para a morte.

Apesar da aparente falta de senso, ou razão, ao se admitir a possibilidade de o Estado fomentar o extermínio de uma parcela da população, o filósofo Achille Mbembe, no seu ensaio *Necropolítica*, mostra que essa mentalidade é parte de uma racionalidade política que relega determinadas pessoas à marginalização e patrocina o descarte desses marginalizados. É uma política estatal que se manifesta através do controle determinístico sobre os corpos de quem deve viver ou morrer, dentro de uma conjuntura social. Mbembe (2019)

Partindo do exemplo do caso da menina Agatha, e as vontades políticas estatais, analisaremos a necropolítica e o que é a aplicação dessa política governamental de morte na conjuntura brasileira, partindo do contexto histórico no qual se formulou a ideia do outro, com alguém passível de controle e morte, delimitando, por fim, o estado do Rio de Janeiro, e suas implicações nos dias de hoje.

1.2 A Morte na Mídia.

O Professor Nilo Batista, quando ainda lecionava na Faculdade Nacional de Direito, costumava afirmar que o impacto trazido pelo corpo de uma vítima tende a ser mais efetiva que anos de trabalho e estudos criminológicos, para a produção de leis penais.

O crime é verdadeiramente um drama social e deve ser entendido como tal, mas tratar a questão criminal somente sob uma ótica punitivista, com o objetivo de se produzir uma resposta à sociedade, tomando como base determinados fatos concretos, é um posicionamento impulsivo, no qual não se considera todos os demais fatores externos, também inerentes ao cometimento dos crimes.

No universo de delitos tipificados, o homicídio sobressai e acaba tendo um papel de maior relevância, uma vez que traz grande comoção social e, por consequência, demanda maior apelo midiático. Isso se deve, em parte, ao fato do Brasil ter um grande número de homicídios, ostentando a triste marca de ser o país com o maior número de pessoas assassinadas no mundo, em termos absolutos.

A imprensa desenvolve papel reconhecidamente relevante, atuando diretamente na construção da opinião pública. Através de jornalísticos, editoriais, reportagens, e até dramatizações, dentre outras maneiras de comunicar, ela é capaz de atingir e sensibilizar sem número de pessoas, ditando tendências e direcionando o modo de agir em sociedade, com o potencial de orientar, desde a forma como, se alimentar, consumir, se vestir, e, em última análise, até a maneira de pensar de milhares de pessoas acerca da ocorrência de delitos.

Os crimes de homicídio, por si só, têm a natureza de produzir sequelas que ultrapassam a pessoa do agente e a vítima, atingindo familiares e pessoas próximas. Esse raio de alcance se torna mais abrangente quando meios de comunicação atam como vetores de reverberação, noticiando, não só a ocorrência, em si, mas penetrando em particularidades e circunstâncias que envolvem o crime. Com isso pessoas, que antes não tinham qualquer relação com as circunstâncias do crime, passem a saber, em detalhes, particularidades daqueles dramas, e, empaticamente, trazendo para si parte destes. A este sentimento, convencionou-se chamar Comoção Social.

Além da questão apelativa e emocional trazida pelos crimes de homicídio, a esse tipo, é reservado tratamento especial na legislação penal, uma vez que se trata de uma hipótese de crime doloso contra a vida, sendo de competência do tribunal do júri, de acordo com a Constituição Federal.

Conceber que no homicídio, um crime que desperte certa comoção social e cujas circunstâncias tendem a ser excessivamente noticiados pelos meios de comunicação, as circunstâncias sejam analisadas e julgadas por um corpo de jurados atécnico e contaminado pelo contexto social no qual estamos inseridos, é, no mínimo, inapropriado.

Tão discutível quanto a conjuntura do clamor público, está a garantia da ordem pública, este alicerçado no artigo 312 do Código de Processo Penal. A interpretação deste conceito é bastante controvertida, uma vez que um instrumento criado para garantir a efetividade do processo ou inquérito, esta sendo, costumeiramente, utilizado para antecipar a punição do denunciado, ou investigado.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1941)

Apesar de parecer um aspecto que apenas recentemente tenha merecido relevância, por ocasião da elaboração do Código de Processo Penal, o legislador já arbitrou como um dos requisitos para a decretação da prisão preventiva a “garantia da ordem pública”, no artigo 312. A prisão preventiva é uma medida cautelar que visa garantir a integridade dentro de determinado processo, a fim de que não sejam cometidos atos que atentem contra a manutenção de determinado bem jurídico a ser tutelado.

Quando o legislador fala em garantir uma ordem pública, claramente está deixando de levar em consideração apenas questões processuais, ele está permitindo que elementos subjetivos também passem a figurar, no mesmo patamar de importância, com aqueles objetivamente delimitáveis. Faz-se, então, necessária uma certa abstração para que se consiga delimitar o bem jurídico a ser tutelado.


Nesse contexto sócio-jurídico, a comoção social ou, sua variante, “clamor público” são recorrentemente utilizados pelos magistrados, para fundamentar decisões para a decretação de prisões preventivas, para a garantia da ordem pública.

1.3 Os números da Morte

Uma vez entendida a relevância dos crimes de homicídio e seus reflexo na sociedade, nas políticas de segurança pública e no poder judiciário, passemos a analisar os números da morte no contexto brasileiro e do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o Atlas da Violência, realizado pelo IPEA INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2019), apresentado no fórum brasileiro de segurança pública, o Brasil já registra mais de 65 mil homicídios por ano, segundo dados recolhidos até 2017. Isso representa o maior número absoluto de mortes apresentado por um país, e um recorde, em se tratando de Brasil.

Figura 1 – Número de Homicídios no Brasil 2007 a 2017

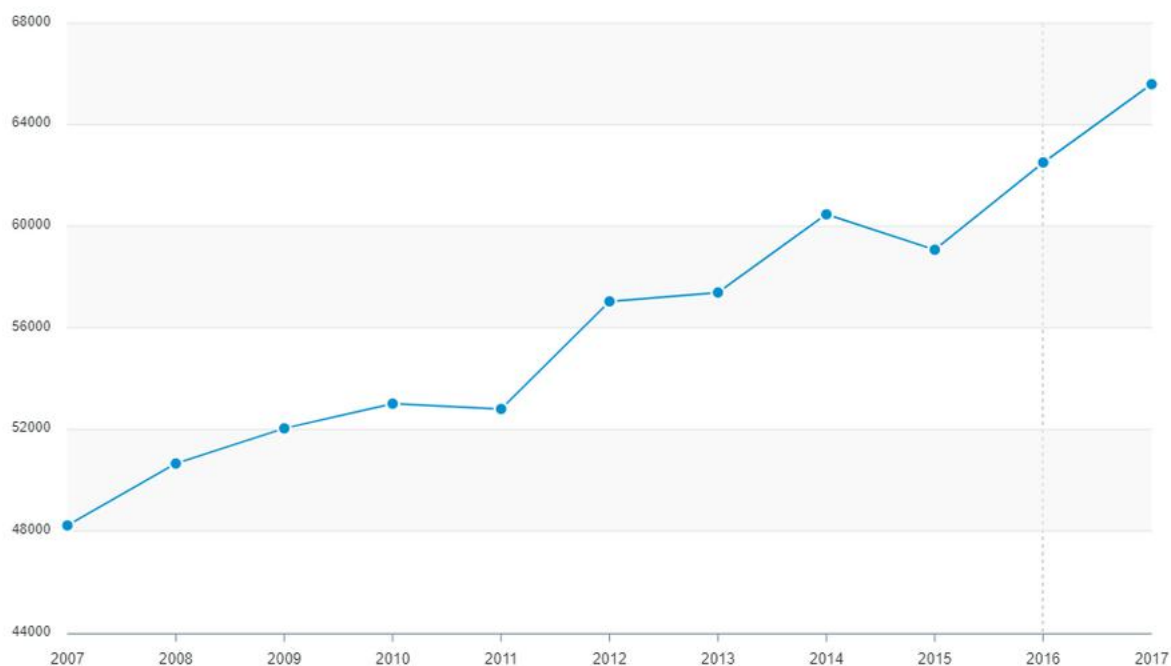
	UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	AL	1.836	1.887	1.873	2.087	2.244	2.046	2.148	2.085	1.748	1.820	1.813

<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17>

O atlas da violência é uma publicação que se utiliza de dados e registros de óbito do Sistema Único de Saúde, o SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade. Utilizar essa fonte faz com que haja uma análise mais qualificada do perfil das vítimas da violência letal no Brasil.

A partir dessas informações, pode-se fazer um um recorte racial dos números apresentados, de modo que se possa chegar a uma análise racializada, da realidade que se apresenta.

O crescimento expressivo da violência letal observada entre 2007 e 2017, ocorreu principalmente entre a população negra. Se os negros representavam 63% das vítimas dos homicídios em 2007, chegam a 75,5% em 2017. Em números absolutos, são 49.500 homicídio de pessoas negras em 2017.(INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019)

Figura 2 – Evolução do número de Homicídios 2007 a 2017

<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>

Essa disparidade acontece de forma mais intensa em estados do Nordeste. O estado de Alagoas choca por apresentar o quadro mais díspar de segregação. Em números absolutos, houve 1813 homicídios no ano de 2017, destes, 1740 tinham como vítimas negros ou pardos enquanto apenas 73 dessas mortes vitimaram pessoas brancas.

Figura 3 – Homicídios em Alagoas

UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AL	1.836	1.887	1.873	2.087	2.244	2.046	2.148	2.085	1.748	1.820	1.813

<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17>

Figura 4 – Homicídio de Negros em Alagoas

UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AL	1.247	1.536	1.595	1.696	2.013	1.905	1.962	1.947	1.656	1.757	1.740

<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/41>

Enquanto a média nacional é a taxa de 31,59 homicídios por cem mil habitantes, registrando a taxa de 3,7 homicídios por cem mil habitantes se consideradas apenas pessoas não negras, ou seja, brancos e amarelos. Em contrapartida, se observada a

incidência sobre pessoas negras, essa taxa passa ser de 68 homicídios por grupo de cem mil habitantes.

Esse quadro é revelador para mostrar a iniquidade que pode gerada em consequência de uma prática que não necessariamente se origina com um objetivo segregador. Ou seja, mesmo não havendo grandes indício de que os homicídios sejam causados por questões raciais, a análise racializada dos números do IPEA deixa claro que existe um ambiente sócio-político que possibilita ou, até, incita a manifestação dessa disparidade.

No Rio de Janeiro, apesar de não ser apresentada uma realidade tão extremada como a de alagoas, os números apontam para um quadro relativamente semelhante.

Estado do Rio de Janeiro Responde sozinho por quase 10% dos homicídios anotados no Brasil, 6.416, em números absolutos, conforme podemos verificar na Tabela abaixo. Apesar de uma série histórica de 10 anos, entre 2007 e 2017, apontar para uma certa estabilidade de flutuação numérica, nos últimos 5 anos observa-se um aumento de mais de 34,5% nessas mortes. Dentre outros fatores que podem vir a explicar isso, pode-se incluir certo fracasso da política das Unidades de Polícia Pacificadora, em algumas comunidades carentes.

Figura 5 – Homicídios no Rio de Janeiro 2007/2017

	UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	RJ	6.551	5.662	5.365	5.667	4.781	4.772	5.111	5.718	5.067	6.053	6.416

<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-serie>

Se fizermos o recorte racial do número de homicídios no Rio de Janeiro entre negros e não negros, veremos que essa aparente estabilidade mostra uma realidade diferente, com relação à evolução do número de homicídios entre 2007 e 2017. Enquanto o homicídio de negros aumentou nesse período, o de não negros diminuiu, em números equivalentes, o que justifica essa flutuação estável no número absoluto de homicídios.

Figura 6 – Homicídio Não Negros 2007/2017

	UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	RJ	1.883	1.644	1.538	1.610	1.319	1.241	1.302	1.364	1.238	1.383	1.497

<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>

Figura 7 – Homicídio Negros 2007/2017

	UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	RJ	4.169	3.593	3.430	3.684	3.161	3.228	3.492	3.954	3.517	4.363	4.650

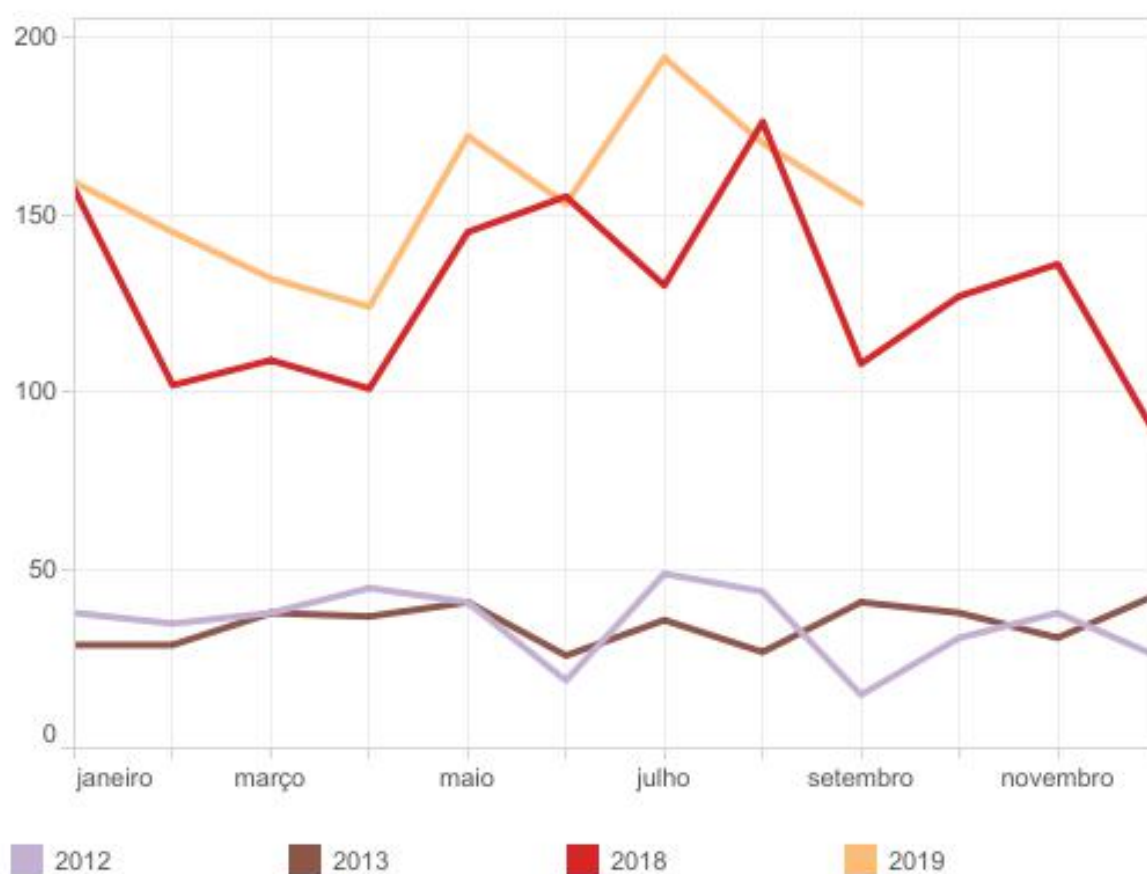
<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>

1.4 A Morte pelo Estado

Mudando o espectro de observação e utilizando a base de dados do ISP- Instituto de Segurança Pública , ela traz uma apresentação das séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta, no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões, considerando além dos homicídios dolosos, o roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte e as mortes decorrentes de intervenção de agentes do Estado, antes conhecida como autos de resistência.(GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019)

Dados da série histórica trazem um número bastante expressivo de mortes decorrentes de intervenção estatal, totalizando 1534 em todo estado do Rio de Janeiro, apenas no ano de 2018. Esse número é quase 4 vezes maior que o observado nos anos de 2012 e 2013, que registraram 419 e 416, respectivamente, fruto de uma tentativa de mudança no trato policial, e inserção de uma política das UPPs.

Figura 8 – Número de mortes por intervenção do estado mês a mês



<https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/index.html>

O aumento vertiginoso observado entre 2012/2013 e 2018/2019 mostra que a colocação em prática da atual política de segurança, idealizada pelo governador Wilson Witzel, não corresponde, necessariamente, uma mudança metodológica na

ação estatal. A série histórica trazida pelo Instituto de Segurança Pública evidencia que a letalidade estatal, na realidade não é o que podemos chamar de uma mera política de governo, é parte da engrenagem de uma lógica se assemelha mais a uma política de Estado.

São crimes nos quais há a presunção de que as pessoas são assassinadas por conta de uma reação a uma negativa de submissão, ou oferecimento de resistência, a determinado comando policial, de modo que essas vítimas sejam, de certa maneira, responsáveis por ocasionarem suas próprias mortes. A análise de situações nas quais se dão essas mortes por ação de agente estatal dão a entender que parte dessas ações policiais tenham características que se assemelham às de uma execução.

A Resolução Conjunta 02 de 13 de outubro de 2015 do Departamento de Polícia Federal e o Conselho Superior de Polícia, foi editada com o objetivo de regulamentar procedimentos investigativos a serem adotados pelas polícias judiciárias nos casos de confronto que resultem em morte ou lesão corporal em virtude de oposição à ação policial.

“Art. 1º Ficam definidos os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial.

Art. 2º Os dirigentes dos órgãos de polícia judiciária providenciarão para que as ocorrências de que trata o art. 1º sejam registradas com a classificação “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”, conforme o caso.

Art. 3º Havendo resistência à legítima ação policial de natureza preventiva ou repressiva, ainda que por terceiros, o delegado de polícia verificará se o executor e as pessoas que o auxiliaram se valeram, moderadamente, dos meios necessários e disponíveis para defender-se ou para vencer a resistência.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015)

Na prática, a resolução veio com o condão de extinguir o tratamento negligenciado que era dado às mortes intituladas como auto de resistência, submetendo-as aos ritos já descritos no Código de Processo Penal, no que diz respeito à normatização do inquérito policial, dos artigos 4º ao 23.

Na contramão do disposto na Resolução de 2015, o governo federal, através da figura do ministro da justiça Sérgio Moro, tem mostrado uma vontade estatal de ser mais permissivo com determinadas ações policiais que podem ser consideradas excessivas, para isso propôs o que foi denominado de “pacote anti-crime” que prevê, dentre outras medidas:

“A alteração no Código Penal é no artigo 23, que trata da exclusão de ilicitude. A proposta inclui o § 2º, que indica que o juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de situação comprovada de medo, surpresa ou violenta emoção. Neste caso, as circunstâncias em

que o ato foi praticado serão avaliadas e, se for o caso e assim o juiz entender, o acusado poderá ficar isento de pena.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019)

No estado do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel faz um discurso completamente alinhado com esse tipo de mentalidade, no momento que busca maneiras de tornar legítimo o argumento de que a morte ocasionada por agentes policiais sejam fatos de pouca relevância, merecendo ser tratados como “baixas de guerra”, uma vez que o estado vive sob uma guerra civil.

Observar friamente os números que envolvem essa realidade do estado do Rio de Janeiro, pode nos levar à tratar com certo distanciamento, e de maneira pragmática, o que eles realmente traduzem. É necessário se levar em consideração que cada uma dessas mortes se refere à interrupção de uma vida, uma pessoa, um sujeito que necessariamente está inserida num contexto mais complexo que envolve sua família, suas relações sociais e, em última análise, a sociedade como um todo.

O entendimento da existência de um agente público que atua como policial, nas ações de enfrentamento que muitas vezes resultam nas suas mortes, na morte de criminosos e, mesmo, civis, como sendo o principal instrumento de ação estatal sobre determinada parcela da população, faz com que o elo que o Estado, que deveria ser o garantidor de direitos, e o cidadão, o jurisdicionado, seja um elo fundado numa relação onde dois pilares são fundamentais, o medo e a morte.

O medo é observado através de diferentes modelos e atuações, quando se constrói a figura de um inimigo social, um sujeito poderoso que deve ser combatido para o bem da ordem pública, e a morte por que, em contrapartida, há um Estado que deve, igualmente, se utilizar de todo poder que puder lançar mão para exterminá-lo.

A lógica de controle social, na qual o estado age pelo poder de morte, é o que o filósofo e teórico Achille Mbembe chama de Necropolítica, o controle dos corpos de determinados tipos de pessoas, enquadradas nos critérios estabelecidos pelo poder estatal.

Se trata de uma política alicerçada na manutenção de um status beligerante, que submete pessoas que vivam sob determinadas condições a uma lógica de morte, por estarem inseridas no contexto social e territorial onde essa guerra se desenvolve. Para essa sujeição, não é necessário, nem mesmo, que estejam ativamente do enfrentamento, bastando que sejam pessoas pertencentes a esses locais vulnerabilizados.

O Papel Estatal nos episódios que envolvem a morte de pobres, em sua maioria homens e negros, é essencial para direcionar as ações, e o Governador do Estado Rio de Janeiro, na gestão do Governador Wilson Witzel, teve como proposta de campanha o discurso do abate sobre os considerados criminosos.

A aplicação dessa política de morte é, sobretudo, feita em lugares que, historicamente, se formam sem que o estado esteja presente, deixando de fazer valer direitos e garantias fundamentais como moradia digna, acesso à saneamento básico, saúde, educação, programas de emprego, renda, cultura, lazer, dentre outros, esses locais são, popularmente denominados favel).

E é sobre essa população favelada, se encontra afastada do bem estar social e direitos que garantam uma vida minimamente digna, que a aposta estatal se dá no sentido contrário, a aplicação do braço armado para a aplicação do poder estatal, partindo para o enfrentamento de criminosos, tratando um local de moradia de pessoas como campo de guerra, reproduzindo uma lógica política autoritária e desumana que reflete, majoritariamente, na vida de desassistidos.

2 MORTE: UM FATO POLÍTICO

2.1 Necropolítica de Achille Mbembe

No ensaio *Necropolítica*, Achille Mbembe traz uma intensa reflexão sobre como compreender a racionalidade que leva à separação e classificação das pessoas em diferentes categorias, de que maneira seja possível adequá-las a um tipo de sociedade que seja permissivo com a gestão autoritária sobre seus corpos.

No seu estudo, a ideia de soberania é trazida a partir de seu surgimento, com o que seria o ideal de um estado nação, e se consolida ao longo do século XIX, com a revolução francesa. Este estado se estabelece a partir de princípios universalistas, de liberdade, igualdade, justiça, fraternidade, dentre outros, no qual a soberania estatal surgiria como um ideal de racionalidade humana, no sentido de ser garantidor da vida.

Antes de conceituar a soberania estatal sob a ótica da necropolítica de Mbembe, é necessário fazer o paralelo com esses com qual seria o entendimento de poder e Estado por Michel Foucault:

“Captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos” Foucault (1979, 182)

A partir do entendimento de poder, Foucault chega à ideia de Biopoder, trabalhando a domesticação do 'outro' para o exercício do domínio e vigilância, através da implantação do medo, de modo que ele compreenda que pode a qualquer momento ser exterminado, por não se enquadrar nas regras que regem aquela sociedade.

“Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder.” Foucault (1988, 134)

Nessa dinâmica de poder, determinados grupos estão protegidos por se submeterem às normas estabelecidas, enquanto outros não são abarcados pela proteção, dentro desta racionalidade, podendo ser violentados, aprisionados e até exterminados. Uma vez não adaptados à sistemática vigente, passam a ser submetidos à questão do necro, sujeitos a uma subordinação de morte, como mecanismo de manutenção da ordem social.

Na biopolítica de Foucault, quando se diz que o Estado é o responsável por gerar vida, dar saúde a sua população e incluir o sujeito, principalmente na sociedade de

mercado, levava em consideração que, nessa coletividade a efetividade das políticas de bem estar são importantíssimas para que o sujeito seja pacífico e politicamente útil, ou seja, o indivíduo faz jus a uma inclusão social, juntamente com o estado, se submetido a um mercado de consumo

Mbembe traz uma releitura crítica, partindo da ideia de soberania trazida por Foucault, quando afirma que *“Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer”*. Mbembe (2019). Para ele, ao contrário de se imaginar que exista uma racionalidade que atue sobre a vida, o estado soberano se baseia numa razão política que direciona para a morte.

Partindo do momento histórico da criação dos estados modernos, tem-se o marco da revolução francesa, momento em que surgiram mecanismos sociais, aparatos tecnológicos e materiais que permitiram uma alteração na maneira do Estado lidar com seus cidadãos. A consolidação da soberania estatal exigia meios de coerção mais ostensivos e eficientes.

O Estado nação, então, nasce com o propósito de incutir medo para, através da violência, consolidar o domínio de determinada classe de modo a garantir a consolidação de certo status social.

A partir das ferramentas foucaultianas, Achille Mbembe lançou um olhar crítico sobre as relação política de expressão do poder, sobre o binômio vida X morte e complementou o entendimento consolidado em torno da biopolítica, cunhando o termo Necropolítica

“De um ponto de vista antropológico, o que essas críticas contestam implicitamente é uma definição do político como relação bélica por excelência. Também desafiam a ideia de que necessariamente, a racionalidade de vida passe pela morte do outro, ou que a soberania consite na vontade e capacidade de matar a fim de viver.” Mbembe (2019, 20)

Essa dualidade que direciona a possibilidade de determinados grupos possuírem o direito à vida, enquanto outros grupos dentro de um estado de violência e guerra no qual se incute o terror, poderiam ser mortos, está diretamente ligada à existência e decretação de estado de sítio e estado de exceção;¹

A perspectiva deste filósofo é de extrema importância para a compreensão das políticas de segurança pública aplicadas em países como o Brasil.

Para mostrar a aplicação prática da necropolítica, Mbembe analisa a escravidão,

¹ Achille relaciona a maneira que estados de exceção e inimizade formaram bases normativas para o direito de matar. Cf. MBEMBE, 2019, O Biopoder e a Relação de Inimizade

que inserida no âmbito dos estados modernos, representa a negação da vida², no momento que se externaliza através da apropriação do homem, considerado “o outro”, como um não humano, uma propriedade, não possuindo direito e fazendo parte de uma cidadania, num entendimento completamente ligado à uma categorização estritamente racista, associada ao biológico.

“De fato a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre seu corpo, e perda de um estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação da natureza e uma morte social.” Mbembe (2019, 27)

No livro ‘A Crítica da Razão Negra’, Achille Mbembe trata o assunto ao dizer que a razão negra é a construção de enunciados e discursos que nos levam a uma classificação de representação depreciativa do outro, através de registros literários ou imagéticos, associando fatores como a África e o Negro à bestialidade. É, uma mentalidade que se apropria da modernidade ocidental e dá conta de um sujeito africano que, por natureza, é atrasado, arcaico e selvagem³.

Esta é a racionalidade que, ainda hoje, funciona como um dos fundamentos do racismo.

O Racismo é, acima de tudo, uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder (...). Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do estado. Mbembe (2019, 18)

Por conta dessa racionalidade, era factível, por exemplo, a normalização de castigos corporais e, até, a pena de morte de um negro no contexto da escravidão.

Para além da escravidão, diversas conjunturas que apontam para biopolítica permitem a condição de extermínio do outro, que não é humano, dentre elas o neocolonialismo do século XIX, observado, em especial, nos países africanos, onde a morte se estabelece como uma racionalidade negra, de modo que há uma soberania que sobrevive às custas do sacrifício de corpos que são entendidos como uma criatura inferiores.

Dentro do colonialismo existia a clara distinção clara entre aqueles que possuíam estatuto de cidadão, reconhecidos pela metrópole, e aqueles que não se enquadram nesse padrão, no caso brasileiro os negros e indígenas, tidos como arcaicos por não falarem a língua do dominante, ou por terem questões culturais que diferiam daqueles adotados pela metrópole, eram submetidos a um controle vigilante e, em último caso, a morte, para a garantia da ordem social.

² Mbembe diz que com a perda de status humano “O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em estado de injúria”. Cf. MBEMBE, 2019, 28

³ Ver o capítulo “Devir-negro no mundo” Cf. MBEMBE, 2018, Capítulo 1

Na prática, isso faz com que uma engrenagem social, já fragmentada, vá afastando o sujeito, cada vez mais, para a periferia, em decorrência do não enquadramento naquela nova lógica social que se desenvolve.

A Necropolítica é uma política racional que não aponta para a garantia da vida, pelo contrário, ela indica uma razão de morte. Esta política se torna efetiva quando a soberania se manifesta através da submissão de certo grupo, que está sujeito ao controle de seu corpo através da vigilância e de uma política que pode chegar a utilizar o extermínio, para a efetivação da garantia de determinada ordem social.

2.2 Necropolítica no contexto do “carioca”

Trazendo a ideia da Necropolítica para a realidade das periferias urbanas do estado do Rio de Janeiro, ela se torna central para entender a utilização do aparato estatal para a atuação do que funciona como uma cruzada no combate ao tráfico de drogas.

Existe um pensamento gestado no imaginário popular, através da construção de narrativas e discursos conservadores, de que há uma guerra declarada a um inimigo, que deve ser derrotado, e só através do enfrentamento, se conseguiria, enfim, pacificar a sociedade. Mbembe (2019, 34, 35)

Este estado de guerra justificaria a aplicação de medidas excepcionais e de uma lógica belicista que leva ao extermínio constante de pessoas colocadas como antagonistas em combate.

As guerras da época da globalização, assim, visam orçar o inimigo à submissão, independentemente de consequências imediatas, efeitos secundários e “danos colaterais” das ações militares. Mbembe (2019, 51)

No cenário de combate urbano, como em toda guerra, existe baixa de todos os lados que se enfrentam, essas mortes são encaradas como baixas de guerra, não causando impacto social suficiente para ensejar uma pausa ou, mesmo um redirecionamento dessa lógica belicista.

Cada vez mais, a guerra não ocorre com exército de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seu principal alvo as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias. Mbembe (2019, 60)

A internalização desse estado de conflito faz com que sejam admitidas mortes de pessoas que não estão diretamente envolvidas nesse batalha, os chamados inocentes., que são tidas como necessárias em prol de um bem maior, a garantia da segurança da “ordem pública”.

Em análise do extrato social sobre o qual se materializa a perseguição policial, nota-se que a maioria dos assassinatos, ações policiais que resultem em morte e, sobretudo, os encarceramentos, incidem sobre uma estrato da sociedade, a de jovens, pobres e negros. Para o entendimento desse fenômeno e a sua associação com a necropolítica, é necessário fazer um apanhado de um fato histórico relevante. Nas palavras de Mbembe:

“qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica.” Mbembe (2019, 27).

2.3 Psicopolítica, a nova face da necropolítica

A evolução tecnológica que acaba por substituir, paulatinamente, a atuação humana em diferentes frentes, se observa, também, na maior complexidade das engrenagens sociais modernas. Isso implica dizer que apesar de o padrão de consumo ser globalizado, a inserção nessas engrenagens sociais e a democratização dos meios e tecnologias não é ampla.

O desenvolvimento de tecnologias, máquinas e novas engenharias sociais, faz com que determinados sujeitos, que não se encaixem nesse novo cenário, deixem de ser economicamente necessários. Além disso, a crise de representatividade faz com que pessoas passem a não mais gozar plenamente, de suas cidadanias, deixando de ser, também, politicamente úteis.

Uma vez essa pessoa não tendo mais importância para o funcionamento das engrenagens econômicas e políticas que movem a sociedade, passa a figurar à margem dessa coletividade, se tornando um sujeito descartável, no sentido de que sua vida não mais importa aos demais indivíduos.

Quando a solução social já parece impossível dentro de uma lógica de uma instituição capitalista, o que resta de gerenciamento possível é a “gestão da barbárie”⁴, através da militarização deste processo, de modo que seja possível, e socialmente aceitável, a negação dos corpos desses sujeitos descartáveis, e seu consecutivo extermínio.

⁴ Para entender o termo, ver texto O Fim da Gestão da Barbárie, de Marildo Menegat

3 MORTE E GUERRA AS DROGAS

3.1 Sistema Penal e a Contextualização da Guerra às Drogas

A problemática das drogas na sociedade brasileira atinge diferentes nichos sociais, de maneira diversa, o que sugere uma ação multidisciplinar no seu trato, com envolvimento de diferentes esferas do estado no sentido de se buscarem soluções efetivas.

Ao concentrar o maior poder das ações relativas ao trabalho de lidar com problema das drogas, no âmbito do direito penal¹, o estado demonstra o modo com o qual deseja encarar a questão. O próprio uso do termo combate às drogas, traz, intrinsecamente, uma subversão do problema das drogas, e a estratégia de repressão, ao fazer uso de uma terminologia iminentemente militar.

No entanto, o operador do direito não pode se deixar seduzir pelo apelo conotativo do termo, e deve se concentrar em promover o “combate”, no sentido de se observar o Sistema penal, não só, como a aplicação da norma jurídica em abstrato, mas como o impacto que ele realiza na vida.

O Sistema Penal é composto por um conjunto de agências que operam uma criminalização Batista (2011, 24-26), isto inclui, não somente a polícia, mas também o poder judiciário e outras agências internacionais, penitenciárias e, até mesmo a própria mídia, de uma maneira muito mais abrangente.

Tomando por exemplo, os autos de resistência e na letalidade decorrente do sistema penal, inicialmente, pode-se fazer uma análise circunscrita, apenas, à ação policial, quando, na verdade, outras agências participam desta letalidade, como, por exemplo: o Ministério Público, quando pedem o arquivamento dos autos de resistência sem o respaldo técnico para tal, o judiciário que decide pelo arquivamento, com base no pedido do MP, e a própria mídia e sociedade, que acabam por acompanhar e dar “legitimidade” a esse desejo de vingança.

O Impacto desse sistema penal inclui, não só, a ação da polícia, mas também de outras agências, inclusive que estão fora do sistema penal formal, como, no caso, a mídia.

De acordo com o criminalista Eugenio Raúl Zaffaroni, o Sistema Penal age como um controle social punitivo institucionalizado, através de procedimentos legais e extra-legais. Então, quando se fala dessa letalidade, estamos falando de um impacto do Sistema Penal que se localiza dentro ou fora da lei. (ZAFFARONI, 2007, 170)

¹ O Direito Penal surge, então –como salvaguarda da sociedade na defesa de bens jurídicos, construído partir de princípios humanisgta, fundamentados na utilidade da necessidade do poder punitivo. (ZACCONE, 2015, 119)

3.2 A permissividade com a morte no Combate às drogas

Uma vez que se constata a ocorrência de morte em decorrência de intervenções do estado, para que ela seja classificadas em legítimas e ilegítimas, não é tomado como base a conduta adotada pelo policial, mas pela condição de quem morreu. Estamos, neste caso, falando sobre o Estado de Exceção, no qual muita das vezes o direito é suspenso em função da condição da própria pessoa vitimada.

Um exemplo de como esse o pensamento determinista está tão empiricamente arraigado em nossa sociedade, é que quando familiares de vítima de violência policial pleiteiam na justiça a responsabilização pela execução de seus entes, toda a argumentação se baseia na tentativa de provar que aquela pessoa vitimada não possuía vínculo com o tráfico de drogas.

Tal entendimento se equivale ao de admitir que uma pessoa identificada como traficante de drogas tenha seu direito à vida suspenso, uma vez comprovado o vínculo do executado com atividade criminosa. O auto de resistência estaria, por si só, justificado.

Quando o juiz arquiva o auto de resistência, de uma vítima, no qual hajam fortes indícios de execução, mas que tenha sido identificado como traficante de drogas, é uma conduta perfeitamente motivada dentro do direito positivado. No entanto, também pode ser interpretada como uma conduta que extrapola o direito, uma vez que se estaria, em último caso, admitindo a possibilidade da aplicação de pena de morte, sem previsão legal, sem julgamento e sumária, nos casos de crime de tráfico de drogas.

3.3 O “Inimigo” no Combate às Drogas

Tal qual a sistemática do combate às drogas e o arcabouço jurídico-social que o legitima, cabe contextualizar o combate às drogas dentro de um paradigma militarizado de segurança, que se baseia na eliminação de supostos “inimigos”, que, dentro de uma dinâmica de guerra, é o alvo a ser atacado.

O próprio conceito de inimigo é o resultado de uma construção social. Para essa construção, Achille Mbembe, no ensaio *necropolítica* (MBEMBE, 2019) trata como a dinâmica da racionalidade estatal que aponta para morte, Agamben traz à tona conceito de “corpos matáveis” (AGAMBEN, 2004) e Michael Foucault trouxe a importância da vida biológica ao cerne do interesse político (FOUCAULT, 2008b)

O Livro “Acionistas do nada - quem são os traficantes de drogas”, aponta para a existência de um conceito empírico de qual seria o perfil do traficante de drogas: uma pessoa com estigmas de compleição física e vestimentas bem determinadas, que moram em favelas ou guetos, não escolarizados e, quase sempre armados, representando

um perigo real a toda sociedade. Esses são os chamados traficantes.(ZACCONE, 2011, Capítulo 1)

Dados da *United Nations Office on Drugs* apontam que o tráfico de drogas é o negócio com a 4º maior movimentação de recursos no mundo, movimentando mais de 1,5 trilhão de dólares, o que seria 2,7% do PIB mundial no ano de 2009. (PORTAL G1, 2011)

Ainda que se trate de um negócio extremamente rentável, não é fácil associar a imagem de traficante à de um empresário que obtém privilégios bancários para o transporte e envio de divisas em negociações transnacionais.

O tráfico de drogas é repudiado, mas o repúdio não opera de maneira proporcional a esses grandes traficantes, que operam milhões de dólares, com o respaldo de representantes governamentais, bancos e empresas de diversos países.

Desde o ano de 2014 países da União Europeia passaram a contabilizar as quantias referentes ao tráfico de drogas, em atendimento a uma exigência do bloco econômico, hoje, os 27 países membros os incluem na contabilidade.(BBC NEWS; FERNANDA ODILLA; LAÍS ALEGRETTI, 2019)

Na sistemática do combate às drogas, observa-se que toda a repressão desta guerra recai sobre o varejista, que Zaccone, brilhantemente, chamou de “Acionista do Nada”.

No seu livro, Orlando Zaccone faz uma análise comparativa entre as delegacias com maior número de flagrantes com tráfico de drogas no Rio de Janeiro, e reiteradamente a delegacia de Bangu – 34ªDP, é a com maior número de apreensões por tráfico de drogas. Esse fenômeno é explicado pelo fato dessa delegacia ser a responsável pela região do complexo penitenciário de Bangu.Id., 2011, 14 - 15

Segundo o estudo de Zaccone, com base em dados do ISP – Instituto de Segurança Pública(GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019), o bairro com maior apreensão de drogas é o de bangu, e esse fato se dá em decorrência da existência do complexo penitenciário. Daí, se conclui que dentro do sistema carcerário é encontrada a maior taxa de circulação de drogas por metro quadrado. Ou seja, o encarceramento estaria potencializando o uso de drogas.

3.4 Letalidade do Combate às drogas e o Encarceramento em Massa

Orlando Zaccone, no livro *Indignos de Vida*, fez um estudo detalhado sobre a letalidade do sistema penal na questão das drogas, analisando os autos de resistência.

A antropóloga Ana Paula Miranda, através do Instituto Pereira Passos, realizou uma análise entre pessoas presas e pessoas mortas pela Polícia na cidade do Rio de

Janeiro. Que apontava para um aumento dos autos de resistência, ao passo que está havendo uma diminuição do número de prisões por tráfico de drogas, o que demonstra que estaria havendo uma convergência nesses valores, no sentido de, numa projeção futura, a inversão do quadro atual. Miranda e Pita (2011)

O Resultado do sistema penal que se baseia no combate às drogas é a alta letalidade dessa política pública, que institucionaliza a pena de morte.

Outro problema da guerra às drogas é o encarceramento de um número cada vez maior de pessoas, por um delito ofende um ente abstrato que não pode ser facilmente definido, ou seja, não há uma exatidão no bem jurídico a ser tutelado sob o argumento de combater o tráfico ilícito de entorpecentes.

O Direito Penal se baseia em alguns pilares, dentre os quais a garantia de direitos humanos, no momento que ele já nasce com objetivo de impor limites ao poder de agir punitivo do Estado. O próprio princípio da legalidade é uma norma de limitação do poder punitivo.

Além da legalidade, o direito penal é sedimentado sobre outros princípios basilares, como o princípio da lesividade, que versa que não se pune condutas que não venham a constituir ato lesivo a terceiros ou à coletividade. Logo, há de se ter bastante certeza de qual o bem jurídico a ser tutelado, quando da aplicação da lei penal.

O código penal é dividido em capítulos, como: dos crimes contra a vida, dos crimes contra o patrimônio, dentre outros, e nessas divisões o código agrupa os bens jurídicos que estão sendo protegidos, devendo haver lesão a eles para que o direito penal seja acionado.

O bem jurídico tutelado, ao se punir a conduta de quem consome, comercializa ou, mesmo transporta uma pequena quantidade entorpecentes ilícitos, na lei de drogas é a saúde pública. Já a saúde individual, por conta do direito humano da autonomia da vontade humana, não pode ser penalizada, não caracterizando crime.

O conceito de Saúde pública, não pode ser entendido como o somatório das saúdes individuais, ou se estaria ferindo a autonomia das vontades, individuais. De acordo com o Dicionário de Direito Penal do Ex-ministro do STJ, Vicente Cernicchiaro, saúde pública é a sociedade se desenvolvendo, de forma harmônica e com o bom funcionamento das instituições sociais. Cenicchiaro (1974)

Este conceito não traz nenhuma correlação com o conceito de saúde individual, ou, mesmo, um somatória dessas. É algo que remete, muito mais, a uma saúde institucional, do que pessoal.

Contraditoriamente, observa-se que os efeitos trazidos pela guerra contra as drogas acabam por causar uma lesão muito maior ao conceito de saúde pública trazido por Cernicchiaro, de modo que ofende a sociedade de maneira muito mais incisiva do

que as próprias drogas.

4 MORTE MEDO E TERROR

4.1 O Medo e o Terror de hoje

O medo na contemporaneidade é o ponto de partida para compreender a crescente demanda por ordem e leis penais mais gravosas. Vivemos hoje num contexto que Vera Malaguti chama de “torturante contemporaneidade” e, para explicá-lo, a autora faz uma narrativa histórica baseada na análise dos medos cariocas.

Para que se faça a análise da conjuntura atual no estado do Rio de Janeiro, é necessário construir um entendimento sobre o que seria a gênese do terror no Brasil.

“Descortinar o medo, revelando que ele esconde. Assim, devendo estar contribuindo para questionar o caráter autoritário das estratégias de controle social no Brasil, ainda hoje.” Batista (2003, 23)

A questão principal reside na ideia de que, historicamente, a predominância do pensamento conservador no Brasil se encarregou de propagar o terror como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social. A consequência dessa mentalidade é que o medo se tornou um fator estratégico para tomada de decisões estratégicas nos campos econômico, político e social.

“No Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação socio-econômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da república (fenômenos quase concomitantes), não romperam jamais aquele ordenamento. Nem do ponto de vista sócio-econômico nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de política de lei e ordem.” Batista (2003, 21)

Para se chegar a essa conclusão histórica, antes é necessário entender o papel do positivismo na virada dos séculos XIX para o século XX como sendo o responsável por transformar um certo medo em discurso científico.

4.2 A Europa e a construção científica do medo

O Século XIX foi um período de uma grande ebulição de revoluções políticas e filosóficas. Na virada da idade média para a idade moderna ocorreu a consolidação da mentalidade na qual o homem deixava de ser um produto do meio social onde estava inserido para assumir um papel de agente social, de maneira que a sociedade passava a ser produto dessa atuação. O Contrato Social de Rousseau:

“Imediatamente, em lugar da pessoa particular de cada contratante, esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo, composto tanto de membros quantos os votos da assembléia, o qual desse mesmo ato recebe sua unidade, o Eu comum, sua vida, e vontade. A pessoa pública, formada assim pela união de todas as outras, tomava noutro tempo o nome de cidade, e hoje se chama república, ou corpo político, e qual é por seus membros chamado Estado quando é passivo, soberano se ativo, poder se o comparam a seus iguais. A respeito dos associados, tomam coletivamente o nome de povo, e chamam-se em particular cidadãos, como participantes da autoridade soberana, e vassalos, como submetidos às leis do Estado.” Rousseau (2013, 30)

Jean-Jacques Rousseau foi um dos principais filósofos do iluminismo, no entanto outro pensador iluminista foi mais relevante na construção doutrinária do Estado de Direito, que, nas palavras de Norberto Bobbio, seria “Liberal, jurídico e formal”, com a ascensão do ideário das liberdades individuais, na qual o estado e os cidadão seriam regidos pela norma. Cabendo ao Estado, nesse caso, manter a liberdade e preservar a paz.¹

Segundo Rousseau, a liberdade estatal, se materializa na liberdade negativa através da produção legislativa, e os atributos do cidadão são a liberdade, igualdade e independência. Essa liberdade era oposta à sistemática feudal de estamentos, pois não permite distinção tratamento distinto, considerando todos iguais, uma igualdade formal.

Os direitos de Cidadania incluíam o voto, para eleger aqueles que seriam os responsáveis por guardar a “sua liberdade”. No entanto a liberdade não era ampla, atingindo todas as esferas da população, a igualdade comportava determinadas exceções, a exemplo do tratamento dispensado aos operários, que não eram considerados independentes, sendo-lhes cerceado o pleno exercício da cidadania:

“O doméstico, o trabalhador da loja, quem trabalha segundo jornada, o próprio cabeleireiro, devem ser qualificados somente como operários, não como artífices (no sentido mais amplo da palavra), e portanto não são membros do Estado, e desta forma nem cidadãos”. Bobbio (2006, 144)

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, com a queda do absolutismo, o surgimento e ascensão do iluminismo, a lei penal absolutista, que advinha da realeza e era quase divina, dá lugar a uma lei racional, que traz limites à atuação punitiva do poder estatal.

Então, entre os séculos XIII e XVIII, articulam-se as técnicas da Inquisição com o surgimento das cidades, a aparição da ideia de contrato, o fortalecimento da burguesia e o absolutismo, configurando o estado moderno e suas estruturas penais. Mais especificamente entre os séculos XIV e o XVIII, a acumulação de capital, que impulsionará o mercantilismo, a manufatura e, logo, a Revolução Industrial forjará uma sociedade de classes através da luta para o disciplinamento do contingente de mão de obra para o trabalho. Batista (2012, 25)

¹ Ver BOBBIO, Norberto 1997, pg 132

No entanto os ideais de Liberdade Igualdade e Fraternidade também se consolidaram por camadas periféricas dando origem a algumas manifestações populares. Esse empoderamento popular era completamente indesejado e causava temor às classes burguesas.

Para conter a expansão do empoderamento popular, num mundo onde os ideais iluministas se propagavam cada vez mais, foi necessária a criação mecanismos de imposição de poder estatal, de modo a classificar hierarquicamente e disciplinar determinadas classes ou grupos sociais.

O controle passou a ser a principal maneira de atuar sobre as populações subalternizadas, que devem ser vigiadas, controladas e, em caso de inadequação aos ditames, severamente punidas. Essa forma de imposição de força direcionada ao homem, classificando-o em diferentes racas, com base no Dawinismo Social.

Dessa maneira, o positivismo, que era um ideário republicano, acabou se tornando um grande deslegitimador da ideia de igualdade gerada na revolução francesa. O social darwinismo, passa a trazer argumentações científicas que justificavam a desigualdade entre as raças.

“O medo torna-se fator de tomadas de posição estratégicas seja no campo econômico, político ou social. Historicamente, esse medo vem sendo trabalhado desde a visão colonizadora da américa, na incorporação do modelo colonial escravista e na formação de uma República que incorpora excluindo com forte viés autoritário.”

Nesse momento, diferentes ramos de estudo e científicos convergiram, se retroalimentando, na produção de teorias e postulados que subsidiaram a consolidação da teoria da superioridade racial. Dentre elas, destacou-se a criminologia.

O Social Darwinismo trouxe sustentação científica e biológica para classificação e enquadramento de sujeitos como “criminalizáveis,” por terem certa predisposição ao cometimento de condutas criminalizadas, numa vertente da criminologia hoje conhecida como “labeling approach”, ou rotulacionismo.

4.3 O papel da criminologia clássica na construção do inimigo e o terror

No início do século XIX, a visão do mundo era predominantemente eurocêntrica, onde as nações européias exercem um papel destaque com relação aos demais povos. De modo a consolidar essa mentalidade, ao longo do século, houve uma convergência de produções científicas que vieram a confirmar essa disparidade entre os povos.

É nesse momento que o pensamento criminológico dá seu grande salto à frente, como uma reflexão “científica”, autônoma, do discurso jurídico e, por isso, sem o embaraço das garantias e dos limites Batista (2012, 26)

A Frenologia é o ramo das ciências que estuda a morfologia cerebral e associa a ele determinadas ações, faculdades ou aptidões mentais. Com base nela, chegou-se ao entendimento de que a propensão à “delinquência” se deve a fatores biológicos.

Esse era pensamento contradiz o ideal de igualdade humana trazido pelo pensamento iluminista, uma vez que cientificamente se podia demonstrar as desigualdades biológicas entre os homens. E foi o entendimento que norteou a mudança ocorrida no objeto da criminologia, que deixa de ser o crime, e passa a ser o sujeito, agora biologicamente categorizado.

O criminoso, agora biologicamente ontológico, vai demandar mais pena, mais poder punitivo indeterminado: corrigir a natureza demanda tempo. Batista (2012, 27)

A Criminologia surge acompanhando o pensamento científico desenvolvido à época. Certos manuais tratam a criminologia como o campo do direito que faz a análise das causas de um crime, as motivações que teriam levado a ele e, por fim, o seu agente, então chamado “criminoso”, tentando estabelecer uma relação causal entre esses três fatores.

A Criminologia e a política criminal surgem como um eixo específico de racionalização, um saber/poder a serviço da acumulação de capital. Batista (2012, 23)

Para entender a criminologia, em si, é necessário partir do significado do termo “criminoso”. O dicionário Aurélio traz duas definições para a palavra, uma mais restrita e outra mais ampla, por extensão:

1.
JURÍDICO (TERMO)
que ou aquele que infringiu por ação ou omissão o código penal, cometendo crime; delinquente, réu.
“não passava de um c. ditador”
2.
POR EXTENSÃO
que ou quem comete alguma falta, não necessariamente punível, porém condenável por uma ou mais pessoas ou pela sociedade.
“é um c., sempre lança seu lixo nas águas” Aurélio (2019)

É no contexto histórico da Europa no início do séc XIX, sob a égide de um conservadorismo positivista, que nasce a criminologia clássica. Uma ciência que se baseava num olhar sobre o sujeito que cometeu o crime e tomava como base de estudo, para formular um entendimento sobre as circunstâncias da ocorrência do crime.

Na criminologia, o positivismo transfere o objeto do delito demarcado legitimamente para a pessoa do delinquente. Batista (2012, 27)

Com uma ciência criminológica criminologia forjada com base no estudo e análise de sujeitos submetidos à sistemática criminal, a argumentação científica só veio a corroborar, por meio de estudos e teses, a predisposição de determinados sujeitos para o cometimento de crimes, justificando a ação penalizadora sobre um ‘público-alvo’ bem específico.

Se a maioria dos presos é pobre, o paradigma etiológico irá concluir, através da legitimação do discurso médico, que a causalidade criminal está reduzida à figura do autor do delito. Batista (2012, 26)

4.4 Rebeliões, medo e terror no brasil

No contexto histórico do Brasil, o terror vem sendo introduzido desde a colonização da América, a partir da incorporação do modelo colonial escravista, passando pelo curto período de império, que foi determinante para a construção da mentalidade que segue com o advento da república, com fora criada sob a égide de um forte viés autoritário.

“no Brasil, a difusão do medo caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado do povo brasileiro. Sociedades rigidamente hierarquizada precisam do cerimonial da morte como espetáculo de lei e ordem. O medo é a porta de entrada para políticas genocidas de controle social. Batista (2003, 52, 53)

Partindo de uma análise história da cidade do Rio de Janeiro do Sec. XIX, então capital do império no pós-independência, e projetando no cenário nacional da época, esse foi um período no qual o Brasil estava sendo marcado por inúmeras revoltas e rebeliões, em diferentes partes do país. Eram movimentos surgidos de camadas populares que buscavam um protagonismo do novo ator político que emergia, o povo brasileiro, que desde a independência, gozava do status de soberano em seu território.

“A independência inspirava vários projetos para a nação que lutavam por hegemonia. A principal questão a ser administrada, ideológica e politicamente, era a convivência do liberalismo com o sistema imperial-escravista.” Batista (2003, 123)

Nesse momento, a intensificação do discurso do medo e do terror, se apresentam como uma proteção, para conter a vontade popular na luta pelos desejos de igualdade, liberdade e fraternidade. Para tal, foi fomentado no imaginário do povo brasileiro que a visão de um povo miscigenado, sem identidade, que tinha como característica uma grande mistura de raças, era um fator fundamental para gerar o caos e a desordem. Foi colocado um aspecto apolítico a qualquer mobilização popular, sendo tratados como desordem.

O discurso do medo no século XIX trabalhava as rebeliões desconsiderando seu caráter político, ou seja, sem mostrar o povo como legítimo buscando a soberania do seu território ou um protagonismo político a partir da sua ideia de independência. Nesse contexto, as rebeliões escravas eram lidas como fatos criminais, e não políticos.²

Para entender as raízes do terror generalizado que a ocorrência de revoltas populares provocou no Brasil, Vera Malagutti parte de duas revoltas específicas, a revolta dos malês, ocorrida na Bahia em 1835, e a revolução do Haiti, em 1804. As revoltas referidas trouxeram reflexos ao Brasil como um todo e o modo como a imprensa tornou público aqueles ocorridos, foram determinantes para a construção do imaginário popular acerca de revoltas e insurreições populares.

“Se o medo na Europa no séc XIX era o medo da revolução, no Brasil e na América Latina, esse temor era acrescido pelo fim da escravidão, não só pelo fim da brisa, mas também pelas fantasias acerca do desfecho brutal da escravatura.” Batista (2003, 85)

O criminólogo italiano Massimo Pavarini diz que em se tratando de segurança pública, para que o objeto da questão criminal seja entendido, a primeira coisa que deve ser entendida é “qual é a demanda por ordem nas formações socioeconômicas”. Então, para se entender a conjuntura social do Sec XIX é necessário entender, também, qual a demanda por ordem numa sociedade escravocrata, pois, partir daí o medo é construído. Melossi e Pavarini (2006)

As políticas de segurança públicas a serem adotadas surgem a partir do debate sobre as consequências e medidas a serem tomadas diante da perspectiva de uma grande rebelião escrava. As políticas surgidas depois, desconsideram qualquer mudança de perspectiva de sociedade que era violentamente hierarquizada.

A sociedade imperial escravocrata brasileira, rígida e hierarquizada, como a colonial, precisava também de um medo desproporcional à realidade para manter violentas políticas de controle sobre aqueles setores que estavam potencialmente a ponto de rebelar-se e implantar a desordem e o caos, tamanha a escala de opressão em que se encontravam. Batista (2003, 30)

4.5 Papel da Imprensa na construção do medo

A imprensa da época do império clama por polícia, aponta, motins de negros na esquina: *“precisamos de uma polícia que em nós inspire confiança e aos escravos infunda terror”*. Essa frase sintetiza o que norteia até hoje o imaginário popular sobre qual seria matriz histórica do trabalho das polícias, inspirar confiança nas elites e o terror nas comunidades marginalizadas³. Chalhoub (1986, 47)

² Acerca dos levantes ocorridos em diferentes partes do Brasil e entender a maneira que era tratada.

³ Para garantir a submissão do escravo, ver pg 47.

Nos jornais e panfletos propagados pela imprensa dominante durante os tempos do império não se questionavam sobre a instituição da escravidão. Aqueles que tinham conteúdo libertário ou abolicionista eram tidos como fruto de articulações internacionais envolvendo africanos malês, haitianos e abolicionistas europeus, dentre outros. ⁴Id., 2003, 126, 127

A existência de um medo constante, que invocava a presença de uma ameaça vinda de fora da sociedade brasileira, trazendo ideias que não poderiam ter sido concebidas internamente, de modo que elas contaminem e inflamem os escravos fomentando essas sublevações, e a utilização de rígidos meios de repressão para combatê-los, foi a principal vertente adotada pelo Estado brasileiro, sem fosse, ao menos, contestada a legitimidade da instituição da escravidão.

As políticas de segurança pública produzidas a partir dessa demanda por ordem da sociedade escravista produziram medidas de mapeamento de focos possíveis de rebelião, vigilância e controle sobre a movimentação dos negros na cidade que remetem ao grande internamento e o medo trazidos por Foucault.

Se as prisões do século XVIII e XIX foram projetadas como fábrica de disciplina, hoje são planejadas como fábricas de exclusão. Batista (2003, 99)

Foucault fala do grande internamento como o processo de resistência desses “fantasmas imaginários”, que seriam responsáveis por produzir fantasias de “Terror e desejo”. O medo gerado na sociedade, traz consigo um sentimento de desejo, que é recorrentemente e se reflete na imprensa, como sendo o principal veículo de disseminação desse sentimento.

“Estes são os sonhos através dos quais a moral, em cumplicidade com a medicina tenta defender-se contra os perigos contidos mas muito mal encerrados no internamento. Esses mesmos perigos, ao mesmo tempo, fascinam a imaginação e os desejos. A moral tenta conjurá-los, mas algo existe no homem que se obstina em sonhar vivê-los, ou pelo menos aproximar-se deles e libertar seus fantasmas. O horror que agora cerca as fortalezas o internamento também exerce uma atração irresistível” Batista (2003, 28)

⁴ Sobre os levantes urbanos e a repressão, ver pag. 126 e 127

5 O NASCIMENTO DO SUJEITO 'MATÁVEL'

5.1 Leis para Império

Ao longo do período colonial, quando a legislação portuguesa aplicada às colônias era adotada em solo brasileiro, não houve um código ou diploma legal que se referisse especificamente a questões criminais envolvendo negros escravos. A essa parcela da população eram as aplicadas as mesmas cartas régia e normativas que se aplicavam aos demais brasileiros. Negros escravizados recebiam tratamento diverso quando não se referia a matéria criminal, não sendo sujeitos de direito, não fazendo jus a direitos de cidadania, por exemplo.

No início do século XIX, com a transferência da família real portuguesa, Brasil viveu a experiência de ser uma espécie de sede ultramarina do império. Com essa mudança de sede, império português trouxe consigo todo o arcabouço jurídico que se aplicava à metrópole. Ainda na primeira metade do século XIX, quando a família real volta à Europa e o Brasil se torna independente, surge a necessidade de se construir e consolidar um ordenamento jurídico brasileiro.

5.2 Leis Criminais para Negros

À época, existiam apenas normas nacionais esparsas, muitas vezes trazendo dispositivos isolados, que visavam, apenas, estabelecer um controle preventivo e repressivo da população cativa no Brasil. Na busca de se chegar a uma convergência entre os diversos dispositivos legais que tratavam do período da escravidão no segundo reinado, alguns operadores do direito buscaram consolidar leis, doutrinas e julgamentos que giravam em torno da escravidão.

Na carta magna genuinamente brasileira, a Constituição de 1824¹, não há uma só menção aos escravos. Isso é devido ao fato de não serem cidadãos, sendo considerados uma subcategoria se comparados aos demais brasileiros. No entanto, em se tratando de matéria penal, desde antes da primeira constituição, e mesmo no Código Criminal, de 1830, o estado lançava mão de instrumentos institucionais e normativas esparsas de coerção e controle das populações escravas. BRASIL (1830)

Essa população de negros que tomava as ruas do Rio de Janeiro, então capital do império, representam a personificação do que Perdigão Malheiro chamou de “Inimigo Doméstico” Malheiros (1866, 47)

Agostinho Marques Perdigão Malheiro foi um afamado jurista do século XIX. Fidalgo português, cursou direito em Portugal e mudou-se para o Brasil, fazendo aqui

¹ Ver Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

sua carreira jurídica. Passou pelos cargos de juiz e desembargador, até chegar a ocupar cadeira de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, durante o segundo reinado. Foi também membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e, talvez, por sua relevância jurídica, teve um papel importantíssimo, tanto na compilação e de leis que se aplicavam à população negra escrava no Brasil, quanto na construção de um conceito “idealizado” do escravo.

No ensaio “Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico - Jurídico - Social, publicado em 1866, ele dedica a primeira parte a tratar especificamente de aspectos doutrinários acerca do direito dos escravos e libertos. O Capítulo II - Escravo ante a lei criminal (penal e processual penal) e policial, traz no seu parágrafo segundo a seguinte dispositivo:

§15.

Outro perigo maior resulta da escravidão para o Estado e ordem pública; e exigia providência excepcional⁽¹²⁹⁾. Em todos os países, em que este cancro se tem introduzido, o escravo não é só reputado um INIMIGO DOMÉSTICO, mas ainda um INIMIGO PÚBLICO, pronto sempre a rebelar-se, a levantar-se. Malheiros (1866)

As leis imperiais permitiam aos municípios estipularem as posturas municipais, que eram formas de exercer controle diretamente. Por conta disso, ao longo do Império Brasileiro, o poder municipal acabava por desempenhar papel mais atuante na efetivação da aplicação do direito, e no trato com a população como um todo. Isso se deve, dentre outros fatores, a uma questão de proximidade e imediatividade que os munícipes tinham com relação ao poder local. BRASIL (1832)

Para exercer esse poder de maneira legítima, o poder municipal buscava, através da normatização das posturas municipais, constranger todo tipo de conduta que pudesse ser considerada ameaça à ordem vigente, estabelecendo, como parâmetro de adequação, as condutas que considerasse socialmente aceitáveis. O exercício do controle municipal se materializou na fiscalização de uma parcela específica, de pessoas negras: escravizadas, libertas e livres, principais alvos do poder coercitivo estatal.

O Caráter punitivo trazido na adoção das posturas municipais, acabou se revertendo num instrumento de controle preventivo e vigilância do homem negro escravizado, controle este que, uma vez infringido, ensejavam processos que poderiam culminar em multa, prisão e açoites. No entanto, a violação das posturas municipais não constituía um crime, de fato, por mal sere, violações tipificadas no código criminal.

Os códigos de posturas visavam, através de diferentes abordagens, estabelecer mecanismo para a aplicação de diferentes de controle. Em determinados momentos, tentava-se buscar um enquadramento dos escravos aos ditames sociais, como proibição

de deixar expostas partes do corpo que “ofendessem a honestidade e a moral Pública”, proibição também de “gritos nas ruas” ou utilização de gestos, palavras “indecentes” e representação artística, “quadros ou figuras ofensivas da moral pública”.

As posturas municipais também coíbiavam a prática religiosa ou cultural negra, com expressa proibição às reuniões e manifestações que não eram consideradas adequadas, em locais públicos ou privados, se estendendo até mesmo às chácaras ou fazendas, com utilização expressa de termos como “tocatas, danças e cantorias” “casas de zungu ou batuque” e “batuques, cantorias e danças de pretos” que, de alguma maneira, viessem a “incomodar a vizinhança”. O Jogo de búzios, que faz parte da ritualística religiosa africana, foi proibido por ser considerado, do ponto de vista das autoridades, jogo de azar.

É importante destacar que parte dessas proibições também se aplicava à população branca dentro da mesma prática, no entanto, tomando como exemplo o caso específico do “entrudo da quaresma”, festa que hoje é mundialmente conhecida como o carnaval, apesar de ser de origem branca, acabou sendo ‘apropriada’ pelos escravos, o que acarretou na sua proibição. Mas, diferentemente dos brancos, a quem, em caso de infração, a lei determinava a pena de prisão, caso o infrator fosse escravo, cumulativamente à prisão, seria aplicado o castigo de 10 açoites. Soares (2007, 342)

Além de estabelecer controle sobre as condutas, as posturas visavam, também combater as “desordem”, que ficavam adstritos ao controle de brigas e discussões. Rebeldia e crimes considerados mais graves eram tratados pelos códigos criminal.

Havia a mentalidade de que, para o controle efetivo da população escrava, não bastava estabelecer regras de conduta social, era necessário utilizar instrumentos eficazes para a garantia da ordem. Um ponto relevante nesse controle foi que aos escravos era proibido o porte e a utilização de armas de qualquer natureza, branca ou de fogo. Essa proibição se estendia, também, aos comerciantes, que eram proibidos de fabricar, preparar ou vender, sob pena de prisão e multa aos que infringissem. Id., 2007, 219

A maneira mais efetiva de exercer controle sobre a população escrava é cerceando sua liberdade de locomoção. No caso da escravidão urbana, onde não havia uma demarcação visivelmente identificável dos limites do espaço de circulação dos escravos, que era o caso das fazendas, os controle da movimentação dos escravos era exercido pelos posturas municipais. Os códigos de 1830 e 1832 estabeleciam que era proibido aos escravos circularem pelas ruas depois das 19 horas e proibia, também, aos donos de casas de hospedagem receber escravos sem referência.

Para trabalharem como ambulantes, era necessária licença da câmara municipal, que trazia informações sobre o cativo sua atividade e local de atuação. Nesse ponto é importante observar a nomenclatura utilizada pelo edital de posturas de 1844, que

trazia expressamente a proibição aos “pretos de ganho” de circular dentro da praça do mercado. Id., 2007, 220

Na segunda metade do Séc XIX, o controle sobre os escravos se tornou mais duro, foram estipuladas matrículas distritais e registros que traziam informações sobre os cativos e seu dono. Para se ausentar do município de moradia, o escravo devia apresentar um passaporte. Todos esses documentos passariam pela chancela do juiz de paz daquele distrito. Dessa forma, além do cerceamento da liberdade de locomoção, uma outra maneira de exercer controle sobre o negro foi através da proibição de acumulação de capital, como, por exemplo, que apesar de poder trabalhar no comércio, não era permitido ao escravo exercer papel de gerência em quaisquer estabelecimentos.

6 CONCLUSÃO

A partir do triste episódio ocorrido com a Menina Agatha Félix, é possível entender a Necropolítica de Achille Mbembe aplicada no território brasileiro, o que Abdias do Nascimento chamou de Genocídio do Negro Brasileiro, uma realidade que ainda hoje faz suas vítimas diariamente, mas possui bases históricas que datam da construção do Brasil como nação.

Para projetar a política que tira a vida de milhares de jovens negros brasileiros, em especial no Rio de Janeiro, é necessário se fazer um apanhado histórico, voltando ao período da escravidão, com suas peculiaridades e características que são ainda observadas ou geram consequências ainda hoje.

O Negro escravo, despido de status social de cidadania, submetido a uma lógica de produção na qual ele é apenas peça da engrenagem, podendo ser facilmente substituído ou descartado, tem sua vida ameaçada, no momento que passa a lidar com a real possibilidade de ser visto como um inimigo, primeiramente no contexto da plantation, hoje em dia dentro do neoliberalismo que vigora.

As instituições jurídicas cumpriram um papel importante na construção do racismo e na estruturação de um sistema jurídico que operacionalizou a repressão ao negro, sob o pretexto de uma segurança pública.

As práticas excludentes e criminalizadoras do genocídio e do apagamento dos povos negros do Estado brasileiro, a partir da construção do ideário de delinquente e inimigo que a juventude negra representa à sociedade, possibilitou a criação dos mecanismos permissíveis e justificáveis do extermínio por meio da força estatal.

Em virtude da guerra às drogas, produzimos uma força policial que pode matar, por conta dos arquivamentos decorrentes dos antigos autos de resistência, em nome da guerra às drogas. Judiciário age sem que seja, asseguradas garantias processuais, demonstrando certa permissividade com a morte de determinados corpos.

Disparidades sociais, econômicas, políticas ou culturais, devem sempre que possível ser observadas sob um viés racializado. Somente assim, pode-se chegar à uma análise realista, que muitas vezes números ou dados não trazem.

Trazendo para os dias de hoje, quando se fala do combate às drogas, não estamos apenas falando de um sistema jurídico abstrato, ou uma lei vinculada a uma constituição. É necessário entender o reflexo que esse combate às drogas tem no mundo real. Ao não observar este fato, o operador do direito passa a conviver com um discurso completamente diferente da realidade fática.

Estudos jurídicos tradicionais, trazem em si um ideário positivista que, em último caso, tendem a tratar o direito como algo completamente dissociado da realidade

meramente prática. O mesmo ocorre quando o positivismo jurídico, quando a norma é entendida, e tratada, como um ente abstrato, que não tem o compromisso de se enquadrar dentro do contexto da sociedade e da própria vida.

O principal resultado dessa falta de alinhamento é a construção de um quadro, no qual a realidade não se encaixa no direito formalmente entendido, ao passo que o direito material também não tem o compromisso de refletir anseios cotidianos.

Como exemplo dessa dissociação, podemos tomar a seguinte hipótese: Se houvesse o questionamento jurídico sobre a existência de pena de morte no Brasil, com base na norma positivada, a resposta seria “sim”, com base no Art 5, XLVII da Constituição Federal, que trata sobre a possibilidade de pena de morte em caso de guerra declarada, nos termos da CF.

Mas, além disso, vivemos sobre égide de uma possibilidade de pena de morte sumária, nos subúrbios, nas comunidades carentes e favelas, onde o poder de julgamento está na mão de policiais, uma outra face, também vítima, nesse contexto da guerra às drogas.

O Direito, nessa forma não leva em consideração acontecimentos reais, corriqueiros da sociedade, uma vez que pode-se admitir existência de um “Direito Penal Subterrâneo” Zaccone (2015, 46), sob o qual parem uma série de acontecimentos fáticos, penalmente reprováveis, mas sem enquadramento no ordenamento jurídico.

É necessário promover a aproximação do direito formal e material, da realidade fática, para que ele possa, então realizar as mudanças sociais esperadas para os operadores legais.

A polícia passa a ter um papel fundamental nesse contexto, uma vez que a ela compete o uso de meios e aplicação de métodos que virão a garantir a constituição dos poderes do Estado. Ibid.

A seletividade punitiva do sistema penal está voltada para a criminalização, encarceramento em massa e morte de pessoas pobres, vulneráveis, que se enquadram dentro daquele estereótipo, construído do criminoso.

Tratar o pobre, negro e favelado como um cometedor de crimes em potencial, só reforça a ideia positivista de que a pobreza é causa de criminalidade, o que seria uma releitura do já ultrapassado determinismo.

Hoje, o sistema penitenciário está tomado, em sua maioria, por pessoas pobres. Isso não sugere que haja uma predisposição à prática criminosa em pessoas dessa classe social, mas, sim, evidencia uma maior potencialidade de membros deste nicho serem identificados como criminosos e, conseqüentemente, criminalizados.

Os números do encarceramento mostram, claramente, como a seletividade

punitiva opera, através de escolhas políticas, no sentido de determinar quem vai ser o alvo desse sistema.

A política criminal de drogas, adotada hoje em dia, lança mão de são os instrumentos legais legitimados pelo Estado para a manutenção da marginalização, criminalização da população negra.

No Rio de Janeiro essa política já gea reflexos relevantes, no número de homicídios ocorridos, em especial à juventude negra.

Criminalizar o comércio das drogas, na verdade criminaliza as pessoas que giram em torno daquela atividade, subjulgando e explorando as condições já vulneráveis de pobreza às quais a população negra é historicamente subordinada.

A 'teoria da diferenciação', que faz a distinção entre usuários e traficantes, leva a um olhar "criminalizador" e genocida daquele que é identificado como traficante, ao passo que coloca o usuário como uma vítima, que precise de um tratamento médico.

Através da efetivação de políticas públicas construídas especificamente para serem direcionadas à população negra, é uma forma de oportunizar que as disparidades e condições de vulnerabilidades sociais sejam minimizadas, de modo que uma mudança de quadro social possa ser vislumbrada a médio e longo prazo.

A academia, na formação de operadores do direito, já parece sinalizar para uma mudança relevante dentro de suas instituições, mas, como tudo nessa luta contra o racismo, tem sido uma mudança paulatina, fruto de pequenos avanços diários.

Referências

- AGAMBEN, G. Estado de Exceção. In: AGAMBEN, G. (ed.). 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 22 – 22. ISBN 9788575590577.
- AURÉLIO. **Dicionário Aurélio Online de Português**. 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/>. Acesso em: 16 de novembro de 2019.
- BATISTA, N. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 136 p.
- BATISTA, V. M. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro**: Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 272 p. ISBN 8571062935.
- BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BBC NEWS; FERNANDA ODILLA; LAÍS ALEGRETTI. **PIB 2019: Por que o tráfico de drogas entra no cálculo do indicador europeu e como essa conta poderia inflar o indicador brasileiro**. 2019. Site. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48340243>. Acesso em: 20 de novembro.
- BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. Brasiliense, São Paulo, 2006.
- BRASIL. Código Criminal de 16 de dezembro de 1830. **Código Criminal**, Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 29/01/2019.
- BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Coleção de Leis do Império do Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, Novembro 1832. Acesso em 17 mai. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm.
- CENICCHIARO, L. V. **Dicionário de Direito Penal**. Brasília: Universidade de Brasília, 1974.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3ª. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 1986.
- EBC- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Witzel diz que ordem é atirar e 'abater' bandidos de fuzil**. 2019. Vídeo. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/10/witzel-diz-que-ordem-e-atirar-e-abater-bandidos-de-fuzil>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. 15. ed. [S.l.]: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- G1; RODRIGUES, M. Polícia Civil afirma que não havia tiroteio na hora que menina Ágatha foi morta. **Portal Globo.com**, Rio de Janeiro, 2019 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/19/policia-civil-afirma-que-nao-havia-tiroteio-na-hora-que-menina-agatha-foi-morta.ghtml>. Acesso em: 20 de novembro.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Instituto de Segurança Pública - ISP**. 2019. Site. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>. Acesso em: 16 de novembro de 2019.

INSITITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência - IPEA**. 2019. Site. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

MALHEIROS, A. M. P. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social, Parte 1 - Jurídica. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1866. v. 1. 230 p. ISBN 9788579820724.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. 3ª. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018. 320 p. ISBN 9788566943511.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2019. 69 p.

MELOSSI, D.; PAVARINI, M. **Cárcere e Fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. [S.l.]: REVAN, 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Anteprojeto de Lei. **Projeto de Lei Anticrime**, Brasília/DF, p. 8 – 8, 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549284631.06/projeto-de-lei-anticrime.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTICA. **RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 2, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015**. 2015. Site. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21149825/do1-2016-01-04-resolucao-conjunta-n-2-de-13-de-outubro-de-2015-21149695. Acesso em: 16 de novembro de 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTICA E SEGURANCA PÚBLICA. **Conheça os principais pontos do Anteprojeto de Lei Anticrime**. 2019. Site. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549457294.68>. Acesso em: 20 de novembro.

MIRANDA, A. P. M. de; PITA, M. V. ROTINAS BUROCRÁTICAS E LINGUAGENS DO ESTADO: POLÍTICAS DE REGISTROS ESTATÍSTICOS CRIMINAIS SOBRE MORTES VIOLENTAS NO RIO DE JANEIRO E EM BUENOS AIRES. **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**, v. 19, n. 40, p. 59 – 81, Outubro 2011.

PORTAL G1. **Tráfico de droga: cifras astronômicas, apreensões mínimas, segundo a ONU**. 2011. Site. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/trafico-de-droga-cifras-astronomicas-apreensoes-minimas-segundo-a-onu.html>. Acesso em: 20 de novembro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Código de Processo Penal**. 1941. Site. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

RODAS, S. **Witzel questionará STF sobre situações em que policial pode atirar para matar**. 2019. Site. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-21/witzel-questionara-stf-quando-policial-atirar-matar>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

ROUSSEAU, J. J. **DO CONTRATO SOCIAL**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

SOARES, L. C. **O “povo de cam” na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007. 478 p.

ZACCONE, O. **Acionistas do Nada**: Quem são os traficantes de drogas. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 140 p.

ZACCONE, O. **Indignos de Vida**: A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015. 280 p. ISBN 9788571065345.

ZAFFARONI, E. R. **O Inimigo no Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.